



O DÉFICIT DE MORADIAS NO BRASIL COMO REFLEXO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DA POPULAÇÃO E DA FORMAÇÃO ECONÔMICA E CULTURAL BRASILEIRA ¹

THE HOUSING DEFICIT IN BRAZIL AS A REFLECTION OF THE INCOME DISTRIBUTION OF THE POPULATION AND THE BRAZILIAN ECONOMIC AND CULTURAL EDUCATION

Geraldo Machado Cota Júnior²

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA

Políticas públicas e déficit de moradias.

1.2 PROBLEMA

O déficit habitacional no Brasil é assustador, de aproximadamente oito milhões de residências segundo o IPEA, somando-se a área urbana e a área rural³, impondo uma necessidade de implantação de políticas públicas eficientes. Aproximadamente 6,5 milhões de não tem moradia na área rural e 1,5 milhões de pessoas na área rural, vivendo em condições indignas. Neste sentido, qual é a razão da evolução do déficit de moradias no cenário social do Brasil?

1.3 HIPÓTESE

A cada ano, no Brasil, se evidencia a carência do setor habitacional que não consegue fazer frente ao crescimento populacional do país, nem tão pouco se

¹ Esse estudo possui aderência ao GT1 – Grupo de Pesquisa em Direito e Sociedade Econômica

² Mestrando em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGD/UNESC). Pesquisador do Grupo de Pesquisa de Direito e Sociedade Econômica - DISE/UNESC. Pós-graduado (lato sensu) em Administração de Empresas pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Graduado em Economia pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Graduado em Direito pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Professor titular da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Advogado. Presidente da 48ª Subseção de Turvo da OAB/SC triênio 2022/2024. E-mail: drgeraldocota@gmail.com.

³https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limitstart=7600&limit=10&Itemid=1#:~:text=O%20deficit%20habitacional%20urbano%20C3%A9,cheqa%20a%20aproximadamente%20236%20mil.



evidenciam políticas públicas no setor habitacional capazes de reduzir o crescente débito que se dá nesse setor.

Ao longo de décadas o Brasil oscilou entre momentos de crescimento econômico e outros de recessão, não se evidenciando nos primeiros uma reversão do quadro habitacional, efetivamente agravado nos períodos de crise.

O resultado dessa combinação se evidencia com a existência de moradias precárias, em locais não planejados, sem prestação de serviços básicos, água tratada, esgotos, transportes, lazer, e desconectada da cidade, em locais periféricos e violentos.

Nesse sentido, no presente artigo, analisar-se-á a evolução do déficit de moradias, com base nas causas que geraram essa situação precária, a partir da evolução da sociedade brasileira, em alguns aspectos econômicos e sociais, especialmente como sendo a situação atual resultante da política de distribuição de renda adotada no Brasil

1.4 METODOLOGIA

No presente artigo, utilizou-se o método dedutivo, com estratégias de pesquisa documental, bibliográfica e legal. Com base na análise de fatores históricos, políticos, econômicos e sociais, do passado e do presente, através dos quais buscar-se-á a identificação das causas do panorama atual de moradias.

2. DESENVOLVIMENTO

Uma breve análise da evolução histórica do Brasil desde a chegada dos portugueses e sua transformação em nação autônoma e “independente” permite demonstrar a forma atual de composição da distribuição de moradias entre os brasileiros, de acordo com sua inserção em relação às classes sociais.

A partir da chegada das caravelas conduzidas por Pedro Alvares Cabral, em 1500, durante aproximadamente três séculos o Brasil representava uma colônia de pouca densidade habitacional, com produção essencialmente agrícola. Nesse período, o Brasil serviu Portugal inicialmente e basicamente com produtos primários, como cana, açúcar e café e, num segundo momento, minerais e pedras preciosas.



Posteriormente à chegada dos colonizadores, vieram os escravos, trazidos como força braçal na produção agrícola e na mineração, onde havia maior ocupação populacional na zona rural.

Um fator relevante que produziu efeitos na Europa, posteriormente nos Estados Unidos e gerando consequência também no Brasil, se deu a partir da Revolução Industrial na Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX, modificando substancialmente a forma dos meios de produção. Ainda sobre os efeitos, “mesmo com toda a riqueza gerada pelas técnicas desenvolvidas no auge da Revolução Industrial, os que se viam nas ruas eram miseráveis jogados nas calçadas, deixando clara a situação precária em que a classe operária vivia” (SOUSA; GONÇALVES, 2012).

A Revolução Industrial na Europa também impactou diretamente o Brasil, uma vez que gerou desemprego e pobreza naquele continente, estimulando a chegada de diversos imigrantes, segregados pelo avanço das máquinas.

Outro fator importante na modificação do panorama urbano e também decisivo na transformação da pacata colônia portuguesa da América foi a transferência da Corte para o Brasil, em 1808, proporcionando a expansão urbana do Rio de Janeiro, capital colonial.

Ainda, o déficit habitacional teve um forte avanço com a transição do Brasil para a forma industrial de produção, especialmente face a concentração do capital no centro do país, inicialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, provocando uma forte migração de nordestinos e o êxodo rural de pessoas a procura de emprego:

Esse fato indica a grande diferença da composição das cidades brasileiras, onde se delimitam áreas consideradas mais nobres e destinadas à parte da população de maior renda e outras periféricas com maior concentração de desafortunados.

Com facilidade, se evidencia que as áreas mais nobres, assim consideradas, tem acesso mais fácil a serviços públicos, privados, centros comerciais, atrelando a um conceito de “melhor qualidade de vida”, ou a dignidade em prática, conceito já explicitado anteriormente.

Como já foi abordado anteriormente, alguns indicadores do Brasil o colocam como uma das maiores economias do mundo, com setores primário, secundário e terciário apresentando resultados expressivos. No entanto, essa



robustez econômica não foi suficiente para resolver o problema caótico do déficit habitacional brasileiro, mesmo com alguns programas, governamentais ou não, desenvolvidos e destinados ao setor de habitação popular.

Nos últimos cinquenta anos, o Brasil atravessou períodos de prosperidade econômica, intercalados com outros de crise política, econômica e social. Na década de 1970, houve um período denominado como “milagre econômico” com taxas anuais de crescimento significativas:

Já a década seguinte, 1980, ficou conhecida como a “década perdida”, em razão da grande instabilidade econômica e monetária, além das taxas de crescimento negativas: “Década perdida é uma referência feita à economia brasileira durante os anos 80, por conta da estagnação econômica, do baixo crescimento do PIB e da acentuada inflação no período” (REIS, 2020).

Após a redemocratização do Brasil, na década de 1990, sucederam-se diversos planos de tentativa de estabilização monetária, até 1994, quando foi enfim obtida a sonhada estabilidade, com o Plano Real. No entanto, o país não ficou imune a crises externas e internas.

A pesquisa realizada por Angelo (2010, p. 9) englobou os dados do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPS), os quais demonstraram que 84,4% da população brasileira se encontra nas classes C, D e E. A partir dessa distribuição em classes, o número de pessoas que faz parte da parcela mais pobres equivale a aproximadamente cinquenta milhões de habitantes, algo em torno de 25% da população brasileira segundo estimativa mais recente do IBGE, sobrevivendo em condições de pobreza (OLIVEIRA, 2017).

O alarmante déficit de oito milhões de residências representaria em torno de 32 milhões de pessoas, considerando-se cada residência destinada a quatro pessoas do grupo familiar. É preocupante, ainda, o número de pessoas que, ao passo que não se encontram em filas a procura de um lar, vivem em casas mal construídas, em zonas de risco ou em condições precárias, e mesmo que sejam proprietárias de suas casas, apresentam padrões de vida insuficiente no que tange a satisfação de suas necessidades. (IPEA, 2011), sendo notórios graves problemas apresentados pela sociedade brasileira.



3. RESULTADOS

Tendo sido abordados alguns dos principais fatores históricos e sociais que influenciaram o crescimento populacional do Brasil e o desenvolvimento das cidades brasileiras, desde a chegada dos portugueses, é possível verificar de que forma se deu a ocupação dos espaços destinados a habitação popular

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu como um dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana, conforme restou declarado no artigo 1º, inciso III, e como direito social no artigo 6º

Não há como se compreender uma efetiva satisfação das normas constitucionais em especial do cidadão, ou de qualquer pessoa se lhe faltam insumos básicos para ser feliz, tais como o próprio lar, premissa essencial para o desenvolvimento familiar, o amor e a liberdade, sendo que o déficit atual reflete descaso e de péssima distribuição de renda para a população participante do sistema econômico, mas não somente isso, pois evidencia-se também no descumprimento de premissas básicas e fundamentais da dignidade humana.

Palavras-Chave: déficit, dignidade, moradia, renda.

Keywords: deficit, dignity, housing, income.

4. REFERÊNCIAS

ANGELO, Evandro Schimming Smith. **Fatores de motivação de trabalhadores das classes sociais C, D e E.** 2010. 116f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa - Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2010 Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/7765>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 04 abr. 2022.

CAVALCANTI, Maria Clara. Milagre econômico brasileiro. **Portal Quero Bolsa**, [S.l.], jul. 2019. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/historia-brasil/milagre-economico-brasileiro>. Acesso em: 04 abr. 2022.



GUIMARÃES, Francisco de Assis Duarte. **Comunicação e cidades**: interlocuções para uma interdisciplinaridade nas ciências sociais. 2010. 361f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

HAAG, Carlos. A história do Brasil que é um luxo: pesquisa revela a importância do consumo no desenvolvimento do capitalismo nacional. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, ed. 163, set. 2009. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-historia-do-brasil-que-e-um-luxo/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Investimento em habitação cresce 785% em 7 anos, aponta Ipea**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limit_start=7600&limit=10&Itemid=1#:~:text=O%20deficit%20habitacional%20urbano%20%C3%A9,chega%20a%20aproximadamente%20236%20mil. Acesso em: 04 abr. 2022.

SANTOS, Fabrício Barroso dos. Imigrantes no Brasil. **Blog PrePara ENEM**, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://www.preparaenem.com/historia-do-brasil/imigrantes-no-brasil.htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

SILVA, Ademir Alves da. **O Estado e o impacto social das cooperativas habitacionais**. 1998. 259 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito à moradia e de habitação**: análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas com os direitos da personalidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

VALE, Renata Willian Santos do. Construindo a Corte: o Rio de Janeiro e a nova ordem urbana. **Portal Arquivo Nacional**, Brasília, jun. 2018. Disponível em http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5226&Itemid=280. Acesso em: 04 abr. 2022.

VALLADARES, Licia do Prado; FIGUEIREDO, Ademir. Habitação no Brasil: uma introdução à literatura recente. **Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, [S.l.], n. 11, p. 25-49, 1981. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/27>. Acesso em: 04 abr. 2022